

**Reflexões sobre a aliança entre habitantes da Bahia na esteira da Revolução
Liberal do Porto (1820/1821)**

Argemiro Ribeiro de Souza Filho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: arsouzafilho@gmail.com

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista. História política. Bahia

1223

INTRODUÇÃO

No segundo decênio do século dezenove, a ampliação da presença de portugueses europeus na Bahia vinha sendo favorecida, especialmente decorridas a transferência da corte lusitana (1808) e da abertura dos portos (1820). Em riqueza e população, a antiga capital da colônia era a segunda capitania da América portuguesa, sendo a cidade de Salvador, neste período, um dos maiores centros urbanos do Novo Mundo. Geograficamente bem posicionada, detentora de vasta e segura baía e comunicando-se pelo interior com importantes regiões, o peso político que o território baiano exercia sob o Império não poderia ser menosprezado. Por todas essas razões, a Coroa ver-se-ia pressionada a acompanhar de perto os potenciais efeitos da propaganda revolucionária do constitucionalismo português sobre aqueles habitantes, inclusive pela possibilidade dos empregados institucionais se engajarem no projeto liberal já bastante desenvolvido no outro lado do Atlântico.

Naqueles anos, o aprofundamento da crise e as contradições políticas da Coroa tornaram-se ainda mais perceptíveis, sobretudo, para os habitantes das capitanias mais distantes da corte do Rio de Janeiro. O objetivo desta comunicação, portanto, é evidenciar que a Bahia, neste contexto, começara a ressentir-se diante do tratamento que a monarquia vinha lhe dispensando. Registre-se ademais que na fase final do governo do conde dos Arcos (1810-1818) os grandes investimentos públicos escassearam, elevando, por certo, os descontentamentos para com as rendas extraídas da capitania por meios tributários (Cf. Sousa, 2009). Paralelo a isso, a presença do Estado fazia-se mais

Realização:



Apoio:



ostensiva em sua capacidade repressiva, pois, com a justificativa de auxiliar os combates aos rebeldes pernambucanos e seus aliados, em 1817, a Coroa transferiu de Portugal para a capital baiana um contingente de oficiais e soldados que se reuniram às demais tropas ali existentes.

Neste contexto, dentre os entusiasmados com as mudanças políticas no Reino de Portugal, encontraram-se os grandes mercadores que atuavam na praça comercial da Bahia. Tanto assim que, Sierra y Mariscal, à época, registrou: “Ao monstruoso tratado de 1810, se deve atribuir em grande parte, e como causa imediata a Revolução do Brasil. Depois deste tratado, eu tenho visto nas vizinhanças do Rio de Janeiro, vilas reduzidas a ruínas, e desertas; o mesmo acontece no Recôncavo da Bahia” (1931, p. 56).

Por outro lado, e para além dos grandes mercadores residentes em solo baiano, diversos integrantes da hierarquia social da Bahia, foram tomados de entusiasmos ante ao cenário de transformação, visto que uma porção de magistrados, a maioria dos militares e parte considerável da classe senhorial passaram a enxergar nos novos acontecimentos a oportunidade para resolução efetiva de muitos dos seus problemas.

Sem enfrentar maiores obstáculos, portanto, a ocorrência de reuniões e demais articulações para se discutir o papel da Bahia diante das mudanças principiadas em Portugal começavam a mobilizar diferentes segmentos sociais da capital, superando, dessa maneira, o período de inação que o Império português viu-se envolvido (Cf. Silva, 1931).

Embora seja difícil determinar com alguma precisão o comportamento das classes sociais intermediárias da sociedade escravista nos últimos dias do Antigo Regime na capitania, os indícios são de que – tanto pelo peso numérico, quando pelos valores intrínsecos às suas próprias condições sociais – diversos destes indivíduos trabalharam para a conformação de uma ampla aliança política para, assim, assegurarem novos direitos constitucionais. Indicativo, desse posicionamento, revela-se na atuação das lideranças radicais que, pertencendo majoritariamente às camadas intermediárias, ampliaram a sua visibilidade política justamente ao ajudarem a desenvolver as ações conspiratórias até o momento no qual, pressupondo terem apoios suficientes, participaram da deflagração do processo que trouxe abaixo os principais representantes do governo absoluto na Bahia (Silva, 1931).

Realização:



Apoio:



Mesmo levando-se em consideração as diferenças – pois elas existiram visto que nenhuma classe social pode ser compreendida como um todo coeso e livre de contradições –, o certo é que, com o passar do tempo, tanto os segmentos sociais mais vinculados às classes dominantes, quanto às intermediárias viram no modelo de aliança política adotado pelo vintismo português um padrão a ser seguido (Cf. Alexandre, 1993). Vale notar, no entanto, que a complexa organização societária da Bahia escravista exigia cuidados por parte dos segmentos societários que se propunham a capitanear o processo revolucionário. Admite-se, então, que tanto o *horizonte de expectativa* (Koselleck, 2006.) das classes proprietárias, quanto o da maioria das lideranças das camadas intermediárias padecia de sérias limitações políticas. Em ambos os casos, portanto, a possibilidade de supressão da instituição escravista e a efetiva participação política dos estratos sociais formados por aqueles que não eram nem senhores, nem escravos, figuravam como temas altamente dissonantes e que, por isso, não deveriam aparecer nos debates públicos (Prado Júnior, 1966).

Ao que tudo indica, esse entendimento tácito delineou, com precisão, a confluência de toda uma gama de interesses que permitiria a atuação conjunta das camadas dominantes e intermediárias contra um adversário poderoso. O interessante aqui, no entanto, é observar que na antessala da Revolução, as principais lideranças desses estratos sociais agiram com cautela no tocante às manifestações públicas, especialmente porque viram, logo cedo, que parte significativa das classes intermediárias de baixa extração social, formadas predominantemente por negros, crioulos e mulatos livres, estava muito disposta a participar mais autonomamente da redefinição do pacto político e social no interior da nação portuguesa. Neste caso, eles temiam, com razão, que o envolvimento ativo das classes intermediárias de caráter eminentemente popular nas lutas políticas acabasse apontando para uma direção mais consequente do que a acordada na agenda liberal (Cf. Kraay, 2006. p. 307).

Nesse sentido, o cônsul da França na Bahia, Jacques Guinebaud, sintetizou o ambiente político-social dos habitantes de Salvador, entre fins de 1820 e princípios do ano seguinte, considerando que, depois da divulgação dos acontecimentos liberais em Portugal:

Realização:



Apoio:



Muito se conspirou, mas, no geral, nota-se uma tranquilidade e uma submissão à posição que adotará o rei, mesmo entre os mais radicais. Esta mudança de disposição deve-se ao medo que inspiravam os negros e os mulatos livres que já manifestaram o seu espírito de desordem, que deve inquietar os proprietários e os negociantes (Apud Araújo, 2001, p. 12).

Se, no entanto, essa avaliação mostrar-se-ia logo equivocada quanto à perspectiva subordinada da capitania aos desígnios da Coroa, ela acertou ao demonstrar que o envolvimento das classes populares nas disputas políticas inspirava fortes receios em outros segmentos sociais da sociedade escravista da Bahia.

1226

METODOLOGIA

Com o intuito de contribuir com a historiografia sobre os processos de independências e formação de estados nacionais na América, a presente comunicação, especificamente, aborda a conjuntura baiana no desenlace da América portuguesa que, por sua vez, dera origem ao império do Brasil (1822-1889). Em razão disso, a pesquisa fundamentou-se em revisões bibliográficas exploratórias, bem como fontes documentais visando o refinamento do tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente as irrupções hierárquicas da velha ordem e ante as prementes ameaças de seus ideais também se alastrarem por importantes capitanias, a exemplo da Bahia à época, importante é observar que, embora ativos, os projetos políticos ali articulados, objetivando a instalação de um governo constitucional, não reuniram rapidamente todas as condições para implementar um plano de ação que assegurasse a conquista do poder. Todavia, em 10 de fevereiro de 1821, os revolucionários, unindo-se à tropa de artilharia, tomaram ruas e praças da capital, de onde anunciaram a abertura de um tempo extraordinário para a Bahia, a qual se declarava como província politicamente autônoma que, por isso, adotava os princípios de uma “liberal constituição”, conforme os critérios proclamados pelas Cortes Gerais da nação portuguesa (Silva, 1931).

Em seu primeiro pronunciamento às tropas, os agentes da adesão da Bahia à Revolução Constitucionalista condenaram a política dispensada à agricultura, ao

Realização:



Apoio:



comércio e à navegação, cujas atividades consideraram arruinadas. Em seguida, a crítica recaiu sobre os “violentos tributos arbitrados, corrupção dos magistrados, pobreza dos povos, misérias dos soldados e toda a casta de opressão, despotismo e tirania” (Silva, 1931, p. 268-269.). Essa gradação dos motivos é ainda importante à medida que ajuda a entender a intrincada aliança de classes necessária para pôr termo ao governo absoluto em território baiano. Convém ressaltar que, a rigor, essa heterogeneidade de interesses não era uma invenção baiana já que estava totalmente de acordo com a conduta do movimento vintista português (Cf. Alexandre, 1993). E, com efeito, foi a referência para as adesões subsequentes que se verificaram em diversas partes do Brasil durante àquele decisivo ano de 1821.

1227

CONCLUSÕES

Pelo que aqui fora analisado, percebe-se que a busca de alternativas políticas para a superação da crise do Antigo Regime português na Bahia não se constituiu em um movimento circunscrito às classes dominantes e intermediárias com mais acessos e facilidades ao mundo letrado. Se, por um lado, a Revolução Constitucionalista agregou comerciantes portugueses, senhores de engenho, traficantes de escravos, militares pertencentes aos médios e altos escalões, profissionais liberais e homens da Igreja, por outro, teve que lidar com a participação dos segmentos de baixa extração social. Razão pela qual, no contexto das revoluções liberais, os segmentos “Tropa e Povo” expressavam, com propriedade, a sobrepujança da soberania popular que, a um só tempo, garantia e respaldava, em termos morais, a superação do Antigo Regime. Todavia, diante das graves contradições da sociedade e economia-escravista, a influência política desses segmentos elevaria, por vezes, a sua capacidade irruptiva em direção ao extravasamento dos marcos referenciais estabelecidos pelo modelo de revolução que as classes dirigentes estavam dispostas a suportar. Enfim, mas aí já é outra história.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 307

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SIERRA Y MARISCAL, Francisco de. Ideias gerais sobre a Revolução do Brasil e suas consequências. *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 43-44. p. 51-81, Rio de Janeiro, 1931.

SILVA, Ignácio de Accioli Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1931, v. 3.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Realização:



Apoio:

